

---

## CONGRESSO BRASIL-PORTUGAL: ANO 2000

---

Marcos Vinícios Rodrigues Vilaça<sup>1</sup>

Discurso proferido na Sessão de Literatura - Teatro do Campo  
Alegre - Porto, 12 de junho de 2000

Toda vez que chego ao Porto, vêm-me à mente Agustina Bessa-Luís, dizendo daqui:

*“Há naquela velhice de bairros cruzados e lôbregos ... uma paixão e um selo de resistência ... uma alma de muralha”.*

Ou então, olho nas suas ruas da Chã e do Loureiro, na Miragaia, e vejo as ruas da Aurora, do Alecrim, do Bom Jesus, no meu Recife. E recorro as especulações no plano da arquitetura e da sociologia, que animaram Ernesto Veiga, Fernando Galhano, Josué de Castro, Aderbal Jurema, Gilberto Freyre, José Luís da Mota Menezes, Viana de Lima, Marco-Aurélio de Alcântara a uma boa confrontação entre as casas esguias do Porto e os sobrados magros do Recife. Confronto do Recife, “águia sangrenta leão”, com esta terra que Miguel Torga falou ser citânia lusitana, murada pela altivez de cavadores.

Aqui nos reunimos, de certa forma, como a seguir a legenda beneditina da qual Tibães é luso-emblema: *ora et labora*.

Na igreja do Mosteiro de São Bento da Vitória há, em alto relevo, a alegoria de monges, a descer pelo Douro, chegando ao Brasil. Lá, ainda se encontram – e para sempre – a serviço da fé, da cultura e da comunhão dos homens.

Pois bem, fizemos o caminho de volta. Cada um de nós trouxe, com o rio da sua aldeia, ao seu modo e nos seus limites, a determinação de rezar e trabalhar.

Vimos sob a liderança de dois libertadores da palavra. Um, na prosa, o outro, na poesia. E, assim, são mantenedores do exercício democrático. Falo do diplomata, romancista e politólogo João Almino, falo do grão-senhor da poesia e acadêmico Carlos Nejar. Ambos astuciosos *com* e *na* palavra, que sobre eles ora exerce a fascinação, ora a eles se submete gostosamente servil. São parceiros na arte de reunir tanta gente qualificada, de lá e de cá, desse admirável Arnaldo Saraiva, crítico literário cujas análises a mim parecem tão cuidadosas, como anamneses de um clínico de família. Escritor capaz de produzir conceitos exatos e belos como este, a propósito de Eugênio de Andrade: “... *seu amor da poesia e a sua poesia de amor dão bem conta da conta em que tem o amor – do seu amor do amor*”.

E viemos, também, para mais uma vez usufruir das lições de Ernâni Lopes, que, sendo homem de antenas, sabe regar raízes.

---

<sup>1</sup> Ministro do TCU e Presidente do Congresso Brasil-Portugal: Ano 2000.

Tenho prazer em estar aqui. Este congresso há de ser, como o mar do poema de Valéry, sempre uma emoção renovada.

E quero começar, como dizem os caboclos do meu chão nordestino-brasileiro, pelo começo. Fala-se muito na Carta de Pero Vaz de Caminha como nossa certidão de nascimento, feita no cartório improvisado das naus e sob a jurisdição de Dom Manuel I. Mas a Carta de Pero Vaz de Caminha também é o nosso batismo literário. Pela primeira vez as cores tropicais do Brasil e sua gente são descritas. Recordando esse documento inaugural, não apenas comemoramos 500 anos do encontro da civilização portuguesa com os nativos e a terra do Brasil, mas comemoramos 500 anos de literatura brasileira.

Não alimento a controvérsia se a literatura brasileira começa com Gregório de Matos, com os nossos árcades ou com o nosso romantismo?

Essa é uma discussão acadêmica que fica para outra hora.

O que não se pode negar é que a Carta registra e narra competentemente a saga de navegadores chegando ao Novo Mundo. E de forma deliciosa, brejeira, até com a graça do toque tropical.

Caminha tem os olhos de um prosador que quer ver um paraíso, espécie de admirável mundo novo, nas terras achadas. Ali está, não apenas como tabelião do Novo Mundo, mas também como cronista literário do sêmen dessa civilização morena que irá se construir.

Somos herdeiros não apenas da língua que usamos como intercurso social e idioma oficial do país. Somos herdeiros, junto com a língua, das tradições, usos e costumes, da civilização portuguesa e, bem compreendemos, uma certa *voluptas dolendi* de sua criação literária. Logo, legatários da rica tradição da literatura portuguesa. Ninguém herda apenas uma língua. Junto, vem toda a cultura de um povo. Chega toda a literatura dessa gente sensível, de quem Sophia de Mello Brainer falou assim: *“Os que avançam de frente para o mar / E nele enterram como uma aguda faca / A proa negra dos seus barcos / Vivem de pouco pão e de luar”*.

Irmanado na língua e na cultura, o Brasil conseguiu, é claro, criar sua independência política, cultural e literária. Mas, mesmo que as expressões literárias de hoje entre Brasil e Portugal mostrem diferenças no trato da mesma língua, como *políglotas em português*, esculpimos, na talha do tempo, a perenidade das criações estilísticas feitas com o mesmo instrumento: nosso idioma comum. Já ensinou Agustina Bessa-Luís que *“só as lágrimas e o riso não tem sotaque”*. Alexandre Melo, notável crítico de arte, defendeu em situação assemelhada, que essa postura é bem distinta daqueles antolhos do que chamou *localismo*, a posição absurda de quem ignora as inconveniências do isolacionismo.

Somos hoje uma comunidade respeitável, com produções literárias em todos os países de língua portuguesa. A presença nas galas litúrgicas do Nobel mostra a vitalidade dessa literatura.

O futuro nos reserva mais espaço nestes tempos de globalização vertiginosa. Se os livros fizeram o Iluminismo e a Enciclopédia, uma Revolução, o que nos aguarda nas próximas décadas? Unidos nas especificidades, unidos na diferença, unidos na

aliciante e plural expressão da língua portuguesa – essa língua que o alemão Schlegel, “descobrimo” Camões para a Alemanha, em 1803, chamava-a de língua flexível, propiciaremos que a comunidade lusófona caminhe para um século em que poderá se vestir de venturosas expressões. Expressões que contemplem as diversidades dos povos e sua manifestação particular de falar e escrever o português, de mostrar que temos orelhas e bocas. Mas sempre estaremos unidos pelo raizame comum do idioma.

Bebendo nesse chafariz, cumprimos o compromisso estratégico de sua difusão e defesa, tal como nos compete agir segundo o objetivo maior das Academias Brasileira de Letras e das Ciências de Lisboa. E mais não fosse, para que não se perca sua marca de “língua de viagem e de mestiçagem”.

Alberto da Costa e Silva fez, recentemente, comentário judicioso sobre o tema, dizendo: *“Tudo indica que serão poucos, no futuro, os grandes idiomas de cultura e de entendimento transnacional. Entre os requisitos para uma língua manter-se nesse patamar ou a ele ascender não se contarão apenas sua riqueza vocabular, sintática e expressiva, sua ductilidade, sua plasticidade, seu pendor ou aptidão para renovar-se, a fim de acompanhar as mudanças do mundo e ser capaz de exprimi-las, mas também a amplitude de sua disseminação numérica e geográfica e o poder relativo que os seus utentes detenham no concerto das nações”*.

A língua portuguesa é a credência para os nossos sonhos, preconizou esse mestre mestríssimo que é Gilberto Freyre, cujo centenário de nascimento vem sendo festejado com duas vertentes. Uma, de confirmação de sua singularidade científica e das suas luzes de escritor literário. Outra, a de revisão de patrulhamentos vesgos que estão sendo enterrados sem dó nem piedade, inclusive por não terem deixado cicatrizes de significância. Centenário que coincide com o da morte de Eça de Queiroz, educado, em menino, por uma pernambucana que seu pai brasileiro trouxe para cá, conterrânea de Gilberto Freyre.

O mundo da era tecnológica é menor que o existente no século XVI. Cada vez diminuiremos mais, o que não quer dizer que não seremos imensos dentro de nossa individualidade. O mundo de fala portuguesa tende a participar desse processo de assimilação global. Estaremos cada vez mais junto com outras culturas e outras línguas. Contudo, estaremos também individualizados em nossa expressão idiomática e em nossa literatura.

Vejo o futuro das literaturas de língua portuguesa de forma otimista. Teremos outros 500 anos pela frente para desbravar, os lusófonos, mais terras literárias, participar ativamente de enlacs e nos tornar elementos fundamentais de uma cultura universal. Cabe aos nossos escritores continuar a produzir incessantemente, a aumentar o público leitor, a contribuir na erradicação do analfabetismo onde quer que ele esteja, a apoiar o fomento a políticas de incentivo ao hábito de leitura, no propósito de favorecer ainda melhor educação formal aos nossos povos.

Esses são instrumentos que temos para ampliar o mercado interno de leitores que, como também ensina Alexandre Melo, é uma das dimensões da existência dos bens culturais. Por outro lado, para expandir o mercado externo, não vejo outra saída a não ser nós mesmos. É pela diferença que seremos iguais. A nossa peculiaridade tem encanto aliciante e rejeita pasteurização.

Claro que o escritor, antes de produzir, tem que ser.

Não há idéia de progresso na literatura. Há momentos de culminância, de excepcionalidades ou de períodos mais produtivos que outros. No passado foi assim. No futuro, também o será. O curioso é que as épocas de aparecimento de grandes figuras literárias nem sempre coincidem com a abundância econômica.

Tudo leva a crer que não basta, prospectivamente, sair à cata de faturas econômicas de estabilidade para o aparecimento de valores literários de expressão. Mesmo sabendo deste fato saído da sociologia da literatura, temos que trabalhar para que se estabeleçam mecanismos de facilitação de produção literária, escoamento dessa produção e, conseqüentemente, de seu consumo.

Não há toretas para gênios. Mas podemos propiciar que a cadeia literária, formada pela tríade da criação, circulação de bens culturais e demanda de produção artística, resulte, como conjunto, na simplificação da tarefa dos produtores e ampliação do público leitor.

O mar nos uniu e nos separou no passado. No futuro, o mar será o virtual. Viajaremos todos na nau cibernética, onde, esperamos, não haja Mar Tenebroso. A literatura dos países de língua portuguesa já tem posto nesse barco, sem considerá-lo um messianismo internetiano.

É uma literatura que avança sem esquecer seus úteros. Pois não se pode alcançar o céu, sem antes partir da terra.

O que nos fará universal é o particular, é pintar a nossa aldeia – mesmo que nossa aldeia já contenha muito do mundo. Mas o que são nossas raízes? Todas as raízes são como tentáculos que se entranham na terra. Cada tentáculo é uma herança. A raiz, portanto, nunca é una. A raiz é sempre vária. A variedade é que nos colocará como novo argonauta neste mar de novas tecnologias. Não podemos arrefecer diante do entorno de dúvidas dessa realidade, para não nos vitimarmos das “horas malogradas”, usando expressão de Camilo.

A literatura, como exposição maior da língua e uma das formas do pensamento mais elaborado, mostra a alma dos nossos povos. Podemos ver-nos em forma escrita e identificar-nos como nações e como cidadãos. No futuro, cada vez mais se acentuará essa condição de alma do povo e cada grande expressão literária em língua portuguesa acrescentará um conhecimento a mais sobre nós mesmos e sobre nossas nações, unidas pela língua, unidas pela literatura. Velemos pela vida longa à literatura de língua portuguesa, porque significará longevidade para a civilização lusófona, perpetuando alma e pulsar comuns, na certeza, que temos, de ser o presente, não apenas um rumor de consciência.

E que se cumpra o desejo do grande compositor Martinho da Vila, quando cantou em samba-enredo de escola de samba no carnaval deste ano:

*“É sonho ver um dia / A música e a poesia /  
Sobreporem-se às armas / Na luta por um ideal /  
E preconizar / A lusofonia / Na diplomacia universal”*

Discurso proferido na Sessão de Ciência Política e Relações Internacionais - Universidade do Minho - Braga, 28 de junho de 2000

Quando estava a arrumar estas palavras, para a honra de dizê-las aqui, lembrei o que Camilo Castelo Branco falou a Pedro II quando da outorga que o nosso Imperador lhe fez de uma condecoração brasileira, a da Ordem da Rosa.

Confrontando as fotos de Bererguer e de alguns Bragança que havia pela parede da casa do anfitrião, o monarca se deu contas do ar feliz do poeta e da sorumbática expressão dos seus parentes.

Camilo deu-lhe a explicação: é menos perigoso fazer versos que assinar decretos.

Pois bem, pareceu-me menos difícil concertar o que me coube declarar na reunião de Literatura, dias atrás no Porto, que dizer de Política nesta hora.

Enfim, o que me pôde amparar foi o tanto que há de espiritual nessa cidade de muitas rezas. Unamuno conta a história da camélia que nas asas de uma promessa foi ao Brasil e voltou como simples ex-voto documentador da pureza ingênita, religiosa e lírica da gente deste burgo velho e bom. Bom, tal qual esse bolo bimilenário, que a receita de um certo romano Apício, desde 25 anos antes de Cristo, transformou em sedução de Braga.

Pois que me valham o Bom Jesus do Monte e a Fonte do Ídolo, como bem devem ter valido ao determinado Ernâni Lopes, energia deste Congresso, e aos tão ilustres scholars Manuel Villaverde Cabral, Luís Filipe Lobo-Fernandes, Alberto da Costa e Silva e Ary Guimarães, coordenadores da presente etapa de reflexões, a quem tanto se deve pela dedicação, competência e alto saber.

Temos sido todos ativos participantes no que se poderia chamar de um renascimento das relações entre o Brasil e Portugal, de que este Congresso Brasil-Portugal: Ano 2.000, em sua sexta sessão, dedicada aos temas da Ciência Política e das Relações Internacionais, é, a um só tempo, resultado e projeto. Renascimento em sentido político, como expressão da centralidade do homem na construção do Estado, na concepção do mundo.

No plano interno, esse renascimento é o resultado das mudanças por que passaram as sociedades brasileira e portuguesa no final deste século, em seus respectivos processos de privilegiar a democracia. As transições políticas nas duas margens do Atlântico certamente guardam diferenças, pela natureza diversa das situações que o Brasil e Portugal tiveram de superar, pelas diferentes soluções encontradas para reorganizar o Estado. Os dois processos respondem, porém, ao mesmo desafio: a construção permanente da cidadania em seu sentido pleno.

O hiato que vivemos certamente não afetou as bases do relacionamento luso-brasileiro, fundadas que são num patrimônio cultural comum e num sentimento de afeto que supera, sempre, a vontade dos Governos.

Esta sessão nos dará a oportunidade de refletir sobre as diferentes dimensões dos desafios que os Estados enfrentam na consolidação de suas instituições democráticas, sobre a natureza dos processos políticos em nossas sociedades. Guardo a idéia

de que, com o novo posicionamento, as relações dos dois países não poderiam limitar-se apenas aos fundamentos do patrimônio cultural e do afeto.

A inserção regional é outra dimensão em que as semelhanças guardam relação com o renascimento da parceria brasileiro-portuguesa. Na esteira dos processos de democratização, os dois países tiveram de responder, com soluções próprias, ao desafio de encontrar uma nova inserção no mundo. Ambos, a meu ver, encontraram, no caminho da integração regional, a resposta adequada.

Penso em “A Jangada de Pedra”, de Saramago, ao refletir sobre esse tema, pela sua natureza paradoxal. No momento em que foi publicado, Portugal, a meu ver, optava justamente pelo caminho inverso ao que ali se descreve, o de aportar na Europa para melhor cimentar o cais. Não desconheço o debate em torno da incorporação de Portugal à União Européia, mas, vista desde a perspectiva atual, foi uma opção natural e exitosa, até mesmo considerando controvérsias atuais pela retomada das idéias de um certo federalismo de que começou a falar, faz tempo, o Jean Monnet, animador desse embate entre eurootimistas e eurocépticos.

A organização do espaço sul-americano, por sua vez, sempre foi uma prioridade para o Brasil, preocupação que herdamos de Portugal e consolidamos ao longo da nossa história independente. O aprofundamento da integração implicou elevar essa prioridade a um novo patamar: o Mercosul foi concebido justamente com esse propósito, e representou um projeto sem precedentes na América Latina, ainda que com base na tradição da ALALC e da ALADI.

Vale lembrar que os dois processos de integração - onde se empenharam entre outros, Mário Soares e José Sarney, com suas almas convergentes e dedicadas às convergências - têm, como condição para o ingresso e a permanência, o respeito à democracia. Os valores democráticos estão, assim, intimamente relacionados com a forma como os países concebem a sua inserção no mundo.

Nenhum dos países concebeu o seu processo de integração regional de forma excludente, nem poderia ser de outra forma. O Brasil é o resultado e é o herdeiro da vocação universalista portuguesa, do sentido de aventura que marcou a Era dos Descobrimientos portugueses no século XVI, de uma concepção do mundo como espaço de oportunidade. Para ambos, os processos de integração constituem plataformas para relançar-se, de ancoradouros mais sólidos no processo de globalização de que Portugal e Brasil são paradigmas históricos.

Essas vertentes estão na base de uma nova concepção das relações luso-brasileiras, que buscam, a partir das bases do afeto e do patrimônio, construir vínculos sólidos em outras áreas, em especial nas áreas econômica e política. O aumento nos fluxos dos investimentos portugueses para o Brasil é sinal certamente muito eloqüente, desse renascimento. Mas há outros.

A assinatura, simbolicamente expressiva, em Porto Seguro, em abril passado, do novo Tratado de Amizade, Cooperação e Consulta é visibilidade política dessa nova concepção, de um relacionamento bilateral mais maduro. O novo tratado substitui e adapta todos os diversos acordos entre o Brasil e Portugal, cria instrumento de consulta política, entre outros mecanismos. A sua concepção é a de uma formatação institucional moderna, com clara visão prospectiva.

Releva no tratado a concepção do que se poderia chamar de um estatuto de igualdade entre cidadãos brasileiros e portugueses, a dar sentido concreto à dimensão do afeto, sem descompassos de um edipianismo às avessas que, vez em quando, é fácil identificar. Esse estatuto certamente já existia antes, mas sua renovação, à luz das realidades contemporâneas dos dois países, era evidente. Havia o temor, ao menos no Brasil, de que um novo estatuto viesse a ficar aquém do anterior. Não foi o que aconteceu. Ocorreu uma modernização dos instrumentos que dão sentido concreto à dimensão do afeto, ao conceder a brasileiros em Portugal e a portugueses no Brasil direitos que constituem, quase, uma “cidadania compartilhada”.

Ademais, o tratado é um dos instrumentos internacionais mais complexos de que dispõem Brasil e Portugal fora de seus respectivos processos de integração regional e demonstra disposição de ambos em liderar o processo de integração inter-regional com vistas a uma zona de livre comércio entre a União Européia e o Mercosul.

Há outros sinais do vigor desse renascimento: aumenta o fluxo de turistas, reforçam-se os vínculos entre intelectuais e artistas, as duas sociedades parecem redescobrir-se nos quinhentos anos.

Não estamos mais a nos olhar da varanda, desde as duas margens do Atlântico. Saímos novamente a navegar, a procurar o encontro.

*Esta sessão nos convida a refletir sobre o Atlântico e a língua portuguesa, “língua de viagem e mestiçagem”. Alberto da Costa e Silva defende a idéia de que, nos séculos XVII e XVIII, com os fluxos entre a África e o Brasil gerados por Portugal, chegou-se a criar o embrião de uma civilização atlântica, à semelhança da civilização mediterrânea. O colonialismo do século XIX impediu que florescesse. Não quero ser tão ambicioso a ponto de defender a tese de uma renovação desse processo civilizatório. Creio, porém, que a língua comum constitui igualmente um instrumento político de projeção no mundo, para o qual Brasil e Portugal já demonstraram estar atentos, exatamente naquela dimensão que Joan Maria Pujals ou, antes Adelung, enxergava, isto é, língua como síntese de uma maneira de ser, pensar, fazer.*

Há algum tempo falou-se de uma “deslusificação” do Brasil. Certamente, a força do Brasil, a sua coesão interna, a sua projeção na América do Sul e o seu peso relativo no mundo o habilitam a criar um tempo próprio, com articulações operacionais que respondam aos interesses e às necessidades do país e de seus cidadãos, mas sem estas atitudes radicais.

A CPLP – e a lusofonia – integra esse conjunto de articulações que deveremos construir obstinadamente, de forma realista e objetiva, com Portugal e os países africanos de língua portuguesa. A atuação do Brasil e de Portugal na CPLP reflete a concepção do foro como um elemento para valorizar a cooperação entre os países de língua portuguesa. O português assume a dimensão de um patrimônio comum para o futuro, e não apenas uma herança colonial.

A lusofonia tampouco move exclusivamente o relacionamento brasileiro com Portugal, ainda que seja amálgama imparável. Já superamos, na prática, o exercício de uma identidade vazia ou retórica, como mostram os investimentos recíprocos, o crescimento do comércio e a intensidade e relevância do diálogo político.

“Deslusificação”, talvez, se ao termo atribuimos apenas um sentido de tradição vazia. Mas o Brasil é um país continental que fala uma só língua, fator de identidade, coesão interna e de construção de um tempo próprio. Não poderia, assim, deixar de valorizar esse fator também no plano externo. Argumentos semelhantes devem valer para Portugal, berço da língua e ator de sua projeção no mundo.

Não me incluo nem entre os arautos, nem tampouco entre os críticos do fenômeno da globalização, mesmo porque não o considero novo e seu desafio sempre esteve presente nas histórias do Brasil e de Portugal. Mas reconheço que, à medida em que encurtamos a distância da comunicação, aceleramos o tempo das respostas aos desafios que a globalização nos impõe.

Muitos desses desafios exigem respostas nacionais, que Portugal e Brasil tem enfrentado com seu empenho em modernizar suas respectivas economias. Os processos de integração regional também refletem, no plano internacional, a decisão de buscar uma inserção ativa no mundo globalizado. Nosso compromisso com os valores dos direitos humanos, da democracia e do desenvolvimento sustentável também demonstram estarmos os dois países sintonizados com a dimensão ética da globalização. Esses elementos desenham a nossa capacidade de auferir, para as nossas respectivas sociedades, os melhores benefícios de nossa inserção no mundo, sem desatender aos efeitos de ganho da utopia de liberdade e de perda da utopia de igualdade, de que falou Manuel Villaverde Cabral.

Em nenhum desses casos, creio, como alertam os críticos, que se esteja paulatinamente destruindo as bases do Estado-nação. Talvez, assistimos a uma redefinição do papel do Estado, em que a soberania assume novas formas, a uma nova concepção da cidadania, em que alguns direitos e deveres assumem valor global. Portugal e Brasil fundam-se, como Estados nacionais, na língua portuguesa e é sobre o papel dessa língua comum, fator de identidade e diferenciação no mundo, que devemos refletir sobre o processo de globalização.

Falou-se de que um “cavalo de sombra” leva a passeio, pelas ruas daqui de tempos em tempos, a imagem de um santo que é inquilino de Braga.

Será que não deveríamos utilizá-lo, não para passear, mas para, a partir de Braga, chegar a novos mundos de espaços luso-brasileiros?

É o que veremos. O Congresso proporciona essa ótica, ainda que se mostre necessário seguir a lição de José Régio: “não amem o que é fácil, que amem o Longe e a Miragem”.